

# Cidades.

**Confira o que funciona no feriadão**

Supermercados podem ficar abertos das 8h às 18 horas na Sexta-Feira da Paixão. Os bancos abrem amanhã e fecham sexta. *Página 10*

EDITORA:  
**ANDRÉA PIRAJÁ**  
apiraja@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8446  
agazeta.com.br/cidades  
gazetacidades

REPORTAGEM ESPECIAL

# CÂMARA DOS DEPUTADOS MAIORIDADE PENAL TEM REDUÇÃO APROVADA

Comissão dá o primeiro passo para proposta seguir na Câmara

ELTON LYRIO  
emorati@redgazeta.com.br

A Câmara dos Deputados deu, ontem, o primeiro passo para reduzir a maioria penal no país de 18 para 16 anos. Uma proposta de emenda constitucional (PEC) que faz essa alteração e tramita na Casa desde 1993 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto prevê que jovens a partir de 16 anos que cometerem crimes poderão ser punidos como adultos, ou seja em prisões comuns.

Atualmente, os menores que cometem os chamados atos infracionais passam por medidas socioeducativas, com internação que dura no máximo três anos em instituições que atendem exclusivamente a adolescentes em conflito com a lei.

Na prática, a proposta ainda tem que passar por vários trâmites na Câmara e no Senado até ser aprovada em definitivo. O que



Na sessão de ontem, manifestantes contrários e a favor da PEC carregaram faixas e cartazes para protestar

os deputados da CCJ fizeram ontem foi avaliar que o texto está de acordo com a constituição e pode seguir tramitando. O placar da votação na CCJ foi de 42 deputados favoráveis à PEC e 17 contrários.

Agora, uma comissão especial será formada para avaliar o mérito da proposta, ou seja, o conteúdo do texto. O parecer dessa comissão pode demorar até 40 sessões, aproximadamente dois meses. A co-

missão deve ser instituída no próximo dia 8.

## POLÊMICA

Ontem, deputados de PT, PCdoB e PSOL, os maiores críticos, tentaram mais uma vez impedir a votação, por

meio de manobras para alterar a ordem dos trabalhos. Em minoria, no entanto, foram derrotados. Na sessão, manifestantes contrários e a favor da PEC, com faixas, gritavam palavras de ordem. Não houve tumulto.

## Secretário: “Não será solução”

Secretário de Segurança do Estado, André Garcia, afirmou que, assim como outros secretários de segurança não é a favor da redução, mas de uma punição com mais rigor a atos infracionais que equivalem a crimes hediondos.

“A redução da maioria penal não vai ser a solução do problema, mas aponta para um caminho que a sociedade não aguenta mais ver uma parcela pequena de menores que praticam atos infracionais graves ser punida de forma branda. Defendemos o aumento do tempo máximo de internação de três para oito anos”, disse.

Garcia também afirmou não ser contrário à discussão, mas acredita que ela está sendo apresada. “É preciso afastar a emoção”, ressalta.

## ENTENDA

### Redução da maioria penal

▼ **Como é hoje**  
Menores de idade que cometem atos infracionais (equivalente a crimes) são punidos com medidas socioeducativas, em instituições específicas.

As internações duram, no máximo, três anos.

▼ **Como ficaria**  
Se aprovado o texto, jovens de 16 anos que cometerem crimes passarão a ser tratados como adultos, ou seja, poderão ser presos em presídios comuns.

### O que falta para o projeto virar lei

▼ **Comissão Especial**  
Será criada uma comissão especial para examinar o conteúdo da proposta, juntamente com 46 emendas apresentadas nos últimos 22 anos, desde que a proposta original

passou a tramitar.

▼ **Prazo**  
A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para dar seu parecer.

▼ **Plenário**  
Se aprovada na comissão, a PEC deverá ser votada pelo Plenário da Câmara em dois turnos.

### ▼ Aprovação

Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações.

### ▼ Senado

Depois, a PEC seguirá para o Senado, onde será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e

depois pelo Plenário, onde precisa ser votada em dois turnos.

### ▼ Conclusão

Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Do contrário, volta para a Câmara.

## REPORTAGEM ESPECIAL

BRASÍLIA

# Proposta divide parlamentares do Estado

Seis dos 13 integrantes da bancada capixaba são contra a redução da maioria penal

▄ RONDINELLI TOMAZELLI  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Seis dos 13 parlamentares capixabas no Congresso Nacional são contra a redução da maioria penal da forma como prega a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que avançou ontem na Comissão de Justiça (CCJ) da Câmara – seja por oposição completa à proposta ou por somente apoiá-la mediante medidas e políticas públicas que reduzam a criminalidade.

São eles os deputados Max Filho (PSDB), Sérgio Vidigal (PDT), Jorge Silva (PROS), Givaldo Vieira

(PT) e Lelo Coimbra (PMDB) e a senadora Rose de Freitas (PMDB).

Max e Lelo simpatizam com uma sugestão mediadora do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que estabelece uma graduação e aumenta a punição de adolescentes só em crimes graves, como sequestro e morte. “O menor, ao fazer 18 anos, continuará cumprindo pena”, frisa Lelo. “Crime hediondo não terá proteção abaixo dos 18 anos”, reitera Max.

O tucano apoia a lei de segunda chance do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP): no segundo ato infracional, o menor não responde mais pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas na legislação penal comum, como adulto.

Jorge Silva considera que a redução não resolve o problema da insegurança no país. “Deveria haver uma graduação para indivíduos que cometem crimes hediondos serem julgados fora do ECA”.

Já Rose cobra ações do governo para qualificar escolas e dar atividades esportivas aos jovens. Para Givaldo, é preciso aplicar rigorosamente as medidas já previstas para infrações e crimes de autoria de menores de 18 anos, e não reduzir idade penal. Vidigal defende um plebiscito para decidir sobre o polêmico assunto.

A reportagem não conseguiu contactar o senador Ricardo Ferraço (PMDB), que está viajando, e o deputado Helder Salomão (PT).



MARCOS FERNANDEZ - 30/04/2014

Os menores que cometem atos infracionais passam por medidas socioeducativas

## Estado teria 721 adolescentes presos

▄ Se a proposta de redução da maioria penal fosse aprovada, o Espírito Santo poderia ter mais 721 presos no sistema carcerário. Essa quantidade é de adolescentes que têm entre 16 e 18 anos e, segundo o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), são atendidos por medidas socioeducativas. Eles representam 78,1% dos adolescentes atendidos.

Para o delegado titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DP-CA) Lorenzo Pazzolini, a redução só funcionaria se fossem tomadas outras medidas como o aumento do tempo de internação, melhor aproveitamento desse tempo; o reforço de políticas públicas dentro da esfera da educação e da saúde, já previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## OAB: proposta é retrocesso

▄ Para o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES), Cássio Rebouças, o avanço da proposta de redução da maioria penal na Câmara é um retrocesso para a sociedade.

“É uma situação que mostra quão retrógrado é o nosso país. É um projeto inconstitucional porque mexe nas garantias individuais e também é inviável do ponto de vista prático”, afirma.

Na opinião dele, que também é professor de direito penal, a mudança traria maus reflexos, inclusive no Espírito Santo. “Nós temos um sistema socioeducativo pior do que os próprios presídios. Além disso o sistema prisional brasileiro já é o quarto do mundo em número de presos”, ressalta.

Até o fechamento da edição, Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) não havia se pronunciado sobre o tema.

### ELES SÃO A FAVOR



“Sou favorável à redução para crime hediondo – com requintes de crueldade, latrocínio, morte”

**PAULO FOLETTO (PSB)**  
Deputado federal



“Em princípio, sou a favor, mas não conheço o teor da PEC. Há muitas contradições. Vou analisar o tema”

**MARCUS VICENTE (PP)**  
Deputado federal



“Vou ouvir entidades como CNBB e OAB. Há informações novas. Vou estudar e me aprofundar”

**EVAIR DE MELO (PV)**  
Deputado federal



“Apoio integralmente. É a sociedade que quer, e eu represento o povo. Se fizer pesquisa, 85% vão defender a redução”

**CARLOS MANATO (SSD)**  
Deputado federal



“Dá no mesmo reduzir para 16 anos, mas quero que passe e se junte à minha PEC que elimina faixa etária em crime hediondo”

**MAGNO MALTA (PR)**  
Senador

### ELES SÃO CONTRA



“O tema exige alto grau de convergência. Temos que sair dessa dicotomia rígida de 18 ou 16 anos e criar novo conceito”

**LELO COIMBRA (PMDB)**  
Deputado federal



“A PEC é um retrocesso. A sistemática legal para menores e os recursos previstos não são hoje totalmente aplicados”

**GIVALDO VIEIRA (PT)**  
Deputado federal



“Não apoio a redução como estão querendo, só olhando a violência. Os adolescentes são mais vítimas do que réus”

**SÉRGIO VIDIGAL (PDT)**  
Deputado federal



“Alguém com 16 anos já vota, faz filhos e deve responder no criminal, mas só aprovar o projeto não é suficiente”

**ROSE DE FREITAS (PMDB)**  
Senadora



“A redução abrupta da maioria sem políticas públicas acopladas só entupirá os presídios de jovens, pobres, negros”

**JORGE SILVA (PROS)**  
Deputado federal



“Sou contra a forma da proposta, de redução pura e simples da idade penal, mas é conveniente discutir a matéria”

**MAX FILHO (PSDB)**  
Deputado federal